

cR

Centro
de Referência
Paulo Freire

**Este documento faz parte do acervo
do Centro de Referência Paulo Freire**

acervo.paulofreire.org



InstitutoPauloFreire



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COORDENADORIA DOS NÚCLEOS DE AÇÃO EDUCATIVA

PROJETO NÃO A VIOLÊNCIA



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COORDENADORIA DOS NÚCLEOS DE AÇÃO EDUCATIVA

PREFEITA

Luiza Erundina de Sousa

Secretário de Educação

Paulo Reglus Neves Freire

Coordenador Geral da CONAE

Antonio Carlos Machado

EQUIPE DE COORDENAÇÃO CENTRAL

Cecilia Vasconcelos Lacerda Guaraná

Dirce Gomes

Jairo Gonçalves da Fonseca

Neire de Oliveira

Sonia Teixeira Almeida

Terezinha Cristina Reis Pinto

EQUIPE OPERACIONAL

Brigida Augusta Trombetta

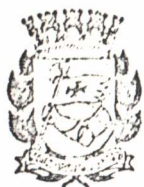
José Fernando Junqueira

Maria Angela Rigon

Marta A. Mendonça

Silvia Helena de Almeida

Sonia Ely Gibran



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COORDENADORIA DOS NÚCLEOS DE AÇÃO EDUCATIVA

Aos meninos que pereceram e perecerão ainda nesta guerra tão desigual.

"Me chamarão, subversivo
E eu lhes direi: o sou
Pelo meu povo, eu luto brigo,
Com o meu povo, eu marcho vou".

D. Pedro Casaldaglia

"Minha vida é como se fosse um vento.
Não tem nada que segure"

(depoimento de um menino de rua, do livro,
A Guerra dos Meninos)



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COORDENADORIA DOS NÚCLEOS DE AÇÃO EDUCATIVA

I- JUSTIFICATIVA

As diversas políticas de desenvolvimento econômico e social formuladas até os dias atuais, não apresentaram uma resposta efetiva às expectativas da sociedade brasileira de superação de seus principais problemas, continuando a grande massa de trabalhadores não especializada faminta e miserável, desempregada ou sub-empregada, morando em favelas distantes dos centros urbanos.

No entanto, embora essa população procure encontrar um trabalho regular que assegure a sua subsistência e sua integração na sociedade, ela desconhece o mecanismo de dominação do sistema, que para garantir a concentração e acumulação do capital, contribui para que a mesma se constitua num exército de mão-de-obra barata ou de reserva.

Essa população desrespeitada em seus direitos - trabalho, habitação, saúde e educação, vivendo numa situação de precariedade absoluta e miséria, se vê obrigada a utilizar a força de trabalho de seus filhos. Dessa maneira, desde os primeiros anos de vida essas crianças são responsáveis, às vezes, pela complementação do orçamento familiar, quando não pelo total desse orçamento.

Na impossibilidade de encontrar uma atividade no mercado formal, esses menores criam na rua suas alternativas de trabalho.

Trabalho que consiste desde pedir esmolas, limpar para-brisas de carro, quando pequenos, até atividades mais regulares e típicas de rua como engraxar sapatos, fazer carretos em feiras, vender frutas, doces, acessórios para automóveis nos principais cruzamentos, vigiar carros, quando atingem uma faixa etária maior.

Na rua, os menores estão mais ou menos sujeitos à delinquência, podendo cometer infrações desde que tenham oportunidade, principalmente o furto. À medida que vão crescendo, o envolvimento com a delinquência e conseqüentemente com o crime adulto aliado com as organizações repressoras - informante, traficante, aliciador, etc, pode aumentar. Isto porém não significa que possam abandonar o trabalho.

Com a aproximação da maioridade, o até então menor, começa a se preocupar com o trabalho formal, uma vez que a partir desse momento, a repressão dos órgãos de segurança é muito maior e numa ocorrência policial qualquer a que esteja envolvido, somam-se os antecedentes vividos desde a minoridade, estigmatizando-o irreversivelmente como criminoso.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COORDENADORIA DOS NÚCLEOS DE APOIO EDUCATIVO

A ascensão social através de uma profissão socialmente aceita implica em escolaridade, mas a essa altura, educação e profissionalização já estão descartadas de sua vida. Poucos se tornam assalariados, muitos desempregados ou subempregados e outros tantos se envolvem definitivamente no crime, sem contar aqueles que morrem violentamente antes de se tornarem adultos.

As mortes por homicídios envolvendo jovens vêm se tornando comum nos setores mais empobrecidos da população. Violência esta que atinge a vida daqueles que desconhecendo os caminhos para a solução, se tornam tensos, aflitos e isolados.

Regis de Moraes no seu livro "O que é violência urbana", aborda a questão do medo, contudo nos ensina a medicina que sempre se pagará sério preço orgânico e psíquico, por se viver tal situação: as pessoas têm náuseas e calafrios, há a instalação de grande sentimento de fraqueza física (astenia), o surgimento de dores de cabeça, de frio nas extremidades por deficiência de irrigação do sangue ("gelado de medo!"); começam a surgir problemas digestivos e outros.

O medo faz definhlar, fisicamente pelos fatores acima mencionados, psiquicamente por uma funda apatia que vai produzindo nos amedrontados.

Onde há medo, há ameaças; onde estão as ameaças está a violência.

(Regis de Moraes, 1981, pg.15)

As mortes violentas estão entre o grupo de mortes denominadas mortes evitáveis, ou seja, aquelas que poderiam ser minimizadas por ações públicas. A mortalidade masculina nos jovens de 15 - 19 anos por homicídios, é a que apresentou maior índice de crescimento nos últimos anos. (SEADE, 1988, pág.169). Na Grande São Paulo, a taxa de 12 por cem mil em 1970 saltou para mais de 132 por cem mil em 1984. A mortalidade masculina que, em 1970, era 3,5 vezes superior à feminina, passou a ser, em 1984, mais de 15 vezes maior. (SEADE, 1988, pág.176).

A guisa de ilustração, dados estatísticos retirados do livro, "A Guerra dos meninos", de Gilberto Dimenstein, demonstram que:

"o sistema educacional não está preparado para administrar menores carentes e infratores, os quais em sua maioria são indisciplinados e agressivos.

A maioria desses meninos não têm sequer documentos para ser matriculados - nem quem os matricule nas escolas.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COORDENADORIA DOS NÚCLEOS DE AÇÃO EDUCATIVA

Se conseguem passar por essa fase, enfrentam um currículo distante de suas realidades, portanto, dificilmente assimilável. São fatos que apenas agravam um fosso entre o aluno e a escola, impulsionando-o para a rua, um passo à delinquência. Segundo dados do Ministério da Educação, existem em torno de 4,3 milhões de crianças e adolescentes que não frequentam a escola:

- 44% das crianças e adolescentes vivem em famílias com uma renda de 1/2 salário-mínimo.

Desse total, nada menos que a metade vive em famílias com 1/4 de salário-mínimo, per capita.

São 27 milhões de crianças, portanto, em situação de carência, uma indigência que reproduz e cultiva a violência".

Contudo, essa questão nunca mereceu muita atenção das políticas públicas. As soluções apresentadas pelas instituições nunca passaram de planos assistenciais e de recuperação buscadas na teoria e que em nada ajudam a resolver realmente a situação.

A marginalização do menor passou a ser encarada como problema específico por esses setores, muito mais em função da intranquilidade que causam à sociedade, do que em função de minimizar a carência em que vivem.

O processo de violência permeia toda a existência dessa população, fazendo-se presente muitas vezes no grupo familiar, nas instituições sociais- Juizado, Polícia, FEBEM, órgãos assistenciais particulares, Escolas, Centros de Saúde, sem falar da violência da fome, do frio, do medo, da humilhação.

Tanto a Sociedade Política, quanto a Civil, exercem, na prática, suas atividades de forma coercitiva. A primeira representando a coerção estatal (forças armadas, tribunais, legislação política, etc..), a segunda (meio-de-comunicação, igrejas, associações de profissionais, partidos políticos, etc.) com seus mecanismos de persuasão, controla os indivíduos e ambas tentam evitar desvios de ordem estabelecida. Todo esse aparato repressivo e controlador, acaba por reforçar o estigma social que vincula o pobre à predisposição por atos ilícitos e ilegais.

Por outro lado, as instituições através da superexploração e da má distribuição de renda, levam a população marginalizada a acreditar



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COORDENADORIA DOS NÚCLEOS DE AÇÃO EDUCATIVA

que as suas carências pessoais resultam da falta de esforço pessoal, culpando-a pela situação em que se encontram.

E, a escola, enquadrando-se nesse contexto, desvinculada da dinâmica social e em nome de uma suposta neutralidade científica, faz do ensino um ritual destituído de significado. A educação não reconhece, na prática, as contradições e lutas sociais que passam pela escola e nela se refletem.

Sem considerar as exigências mais amplas da sociedade, como um modelo conservador e fragmentado, a escola acaba tratando igualmente todos os alunos, inclusive aqueles que se encontram em situação de desigualdade. Daí a repetência e evasão. Nessa perspectiva, a escola se torna anti-democrática, porquanto é através desse processo que ela exclui e marginaliza a grande maioria, fazendo com que os fracassados se convençam da sua inferioridade.

O sistema escolar, sustentado pela diferenciação de cargos e funções controla o tempo e o espaço de todas as pessoas nele envolvidas, obrigando-as a um ritmo coletivo na execução de tarefas e no cumprimento dos programas, privilegiando o esforço, a competição, e o sucesso individual em detrimento do trabalho em equipe e da ajuda mútua.

Na escola, o aluno não é solicitado a defender o que afirma, isto é, ele não é, estimulado a produzir o tipo de fundamento que lhe é necessário. Na verdade, a escola produz um indivíduo não crítico, normatizado, habituado à obediência de ordens, regras e hábitos, apto a garantir a manutenção de comportamentos tidos como adequados pela instituição, embora aparentemente sua preocupação seja com a aprendizagem de conteúdos e habilidades intelectuais. Assim, qualquer acontecimento imprevisível é considerado como desviante.

Todos na escola, inclusive os pais, são avalistas da ordem instituída. A vigilância estabelecida de cima para baixo faz com que as pessoas aceitem com naturalidade o poder de punir e de serem punidas.

No universo escolar, os bons e os maus alunos são separados de acordo com seus comportamentos e a punição não tem por objetivo transformar o "mau" em "bom aluno". Antes de tudo, ela visa, através da vigilância redobrada, promover a separação dos grupos inconvenientes. Notas



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COORDENADORIA DOS NÚCLEOS DE AÇÃO EDUCATIVA

baixas, mau comportamento e depredação escolar o sistema coloca como pertencente ao grupo dos fracassados. Afinal, numa sociedade hierarquizada e desigual o sucesso escolar se firma sobre o fracasso, permitindo a poucos o ingresso em curso superior enquanto à maioria, resta o abandono da escola e a busca ao trabalho como meio de sobrevivência.

Percebendo a malha de poder existente na escola, bem como a sua manipulação, conclui-se que especialmente a depredação escolar, por simbolizar a reação mais contundente apresentada por aqueles que são colocados à margem do sistema, é pouca em relação não só ao universo de injustiça social, mas também ao excessivo controle de comportamento, aliado, ora ao rígido esquema de punição e vigilância a que são submetidos na escola, ora à ausência total desse controle.

A solução para essa questão só será possível com rompimento das estruturas autoritárias que regem a escola, podendo se dar através do resgate da fala de toda comunidade escolar, abrindo espaço para o surgimento de contrapoderes, de movimentos e organizações capazes de unir todas as forças latentes para a execução desse ousar, que apontará o caminho para a construção de uma nova escola.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COORDENADORIA DOS NÚCLEOS DE AÇÃO EDUCATIVA

II- OBJETIVO GERAL

Compreender que a violência é consequência do nosso modelo sócio-econômico, permeia todas as relações sociais e pode, em determinadas circunstâncias, ser uma forma de reação.

Determinados atos considerados anti-sociais deverão merecer uma nova abordagem, que através da ação-reflexão, favoreça priorizar a busca de soluções educativas e não somente repressivas.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COORDENADORIA DOS NÚCLEOS DE AÇÃO EDUCATIVA

III-OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- 1- Identificar o conjunto de determinantes que contribui para o aumento da violência e como ela se manifesta e reflete nas escolas.
- 2- Desencadear uma reflexão aprofundada sobre a questão com educadores, comunidade e entidades para compreensão da situação.
- 3- Definir propostas de atuação nesse contexto.
- 4- Implantar o projeto nas escolas cuja questão é crítica , adequando-o às diferentes realidades e desenvolver um trabalho preventivo nas demais unidades.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COORDENADORIA DOS NÚCLEOS DE AÇÃO EDUCATIVA

IV- METAS

1- Contactar outras secretarias- Cultura, Esportes, Lazer e Recreação, Bem-Estar Social, Saúde, Negócios Extraordinários, Administrações Regionais, Habitação - que através de ações conjuntas garanta a implantação do projeto.

2- Diagnosticar das unidades com problemas mais graves de violência.

3- Garantir a participação de dois elementos de cada NAE para resolver a questão da violência nas escolas com situação menos crítica.

4- Promover reuniões com a equipe técnico-administrativa e docente das escolas para através de reflexão, repensar a questão violência e depredação escolar X vigilância e punição.

5- Promover plenárias com a participação da Comunidade.

6- Subsidiar os elementos envolvidos no Projeto através da participação dos mesmos em Cursos e Grupos de Formação promovidos por entidades como Movimento Nacional Meninos e Meninas da Rua, Pastoral do Menor, etc.

7- Identificar elementos da Comunidade para atuação nas Unidades e fora delas, como educadores de rua.

8- Promover atividades esportivas e culturais juntamente com as Secretarias da Cultura e Esportes, Lazer e Recreação nos finais de semana com a participação da comunidade.

9- Promover reuniões com o Conselho de Escola e Grêmios Estudantil para garantir uma atuação conjunta com essas instituições.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COORDENADORIA DOS NÚCLEOS DE AÇÃO EDUCATIVA

BIBLIOGRAFIA

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS, in :
O Jovem na Grande São Paulo, SEADE, São Paulo, 1988.

GUIMARAES, Áurea Maria, in: Vigilância, Punição e Depredação Escolar, Papyrus Editora, Campinas, 1988.

CHENIAUX, Sonia, in: Trapaceados e Trapaceiros- o menor de rua e o Serviço Social, Cortez Editora, São Paulo, 1982.

GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo, in: Violência, de Pais Contra Filhos: procuram-se vítimas, Cortez Editora, São Paulo, 1984.

LIMA, Mayumi Souza, in: A Cidadania e a Criança, Nobel, São Paulo, 1989.

FERREIRA, Rosa Maria Fischer, in: Meninos da Rua, CEDEC, São Paulo, 1979.